



JUVENTUDE CAMPONESA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR PARA O ASSENTAMENTO MORADA NOVA - BAIXA DO ARROZ NO MARANHÃO

Carlos Magno Soeiro Mendonça¹

Vinicius Henrique Fonseca Vivas²

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da juventude camponesa na construção de seus territórios e a participação deste público no processo de luta pela reforma agrária popular e educação do campo no estado do Maranhão. Aqui, voltamos nossa atenção para a juventude de Morada Nova – Baixa do Arroz, uma comunidade camponesa que compõe o assentamento da reforma agrária Diamante Negro Jutay, no município Monção, na baixada maranhense, cerca de 246 km de São Luís, a capital do estado do Maranhão.

Historicamente a população camponesa vive sobre o olhar da classe dominante sobre a classe trabalhadora que vive no e do campo, que inferioriza e marginaliza estes sujeitos, ocultando seus direitos, inclusive o acesso à educação de qualidade e emancipatória, faz com que muitos jovens passam a ver o campo como lugar de atraso, subalterno ao urbano. Isto causa a não valorização do campo como espaço de vida dos camponeses enquanto sujeitos de direito, interferindo, também, no processo de construção identitária de homens e mulheres do campo. Portanto, esta pesquisa buscou analisar a participação da juventude na luta por educação do campo e como esta tem produzido seus territórios.

¹ Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe na área da Geografia do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP; Doutorando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe na área da Geografia do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP. Email: magno.mendonca@unesp.br

² Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe na área da Geografia do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP). Atuando nas áreas de Geografia Agrária, especificamente, em Teorias e Métodos e História do Pensamento Geográfico Agrário; Pesquisador do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA); vinicius.vivas@unesp.br



A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, a partir do materialismo histórico-dialético e da pesquisa militante, com procedimentos metodológicos que incluem revisões bibliográficas e pesquisa de campo³. O trabalho está organizado em três eixos centrais: no primeiro, denominado “A Juventude na construção de seus territórios”, contextualizamos o processo de organização da juventude camponesa e como esta produz seus territórios; no segundo, intitulado “Juventude Camponesa na Produção da Educação do Campo”, realizamos uma reflexão sobre a importância da participação da juventude no processo de luta pela reforma agrária popular e educação do campo, enquanto sujeitos de direitos; no terceiro, “Desafios da territorialização da Educação do Campo e da Juventude Sem Terra”, realizou-se uma análise sobre o papel da escola do campo e do referido projeto de educação no processo de formação política e de territorialidades destes sujeitos.

Como resultado, evidenciou-se a participação da juventude do campo na construção de seus territórios, considerando-os como parte fundamental no processo de fortalecimento do campesinato e a luta por seus direitos.

METODOLOGIA

O presente estudo baseou-se na abordagem qualitativa, a partir do materialismo histórico-dialético e da pesquisa militante, com procedimentos metodológicos que incluem revisões bibliográficas em autores como Leão; Antunes-Rocha (2015), Borba (2017), Durand e Alves (2015), Fernandes (2012 - 2008), Mello e Silva (2020), Stédile, (2017) dentre outros que debatem a juventude, e pesquisa de campo com realização de entrevistas. Com os dados levantados, realizou-se a transcrição e categorização, para posterior análise das informações obtidas, o que subsidiou a elaboração deste texto. Destaca-se que quando referenciarmos os entrevistados, estaremos usando codinome escolhidos por eles, ou seja, seus nomes foram mudados.

No que diz respeito a pesquisa militante, esta, “[...] para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas e epistemológicas geraram ricas articulações entre a teoria e a prática” (Bringel; Varela, 2016, p. 482). É, portanto, uma ferramenta que permite aos pesquisadores (as) unir conhecimento e ação em prol de direitos e igualdades sociais. Pois os pesquisadores passam a ter “[...] consciência da conformação societária profundamente desigual e injusta, o intelectual pode tomar

³ Importante destacar que este constitui parte da dissertação de mestrado intitulada “Escola do campo e juventude sem terra na luta pela educação do campo e pela reforma agrária popular: o caso da Escola Municipal Conrado Pereira no Maranhão”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp – concluída em 2023.



posição no sentido de direcionar, legitimamente, sua intencionalidade na produção de conhecimentos para a superação desta condição brutal de exploração e dominação” (Jaumont e Varella, 2016, p. 447). Portanto, a pesquisa militante nos permite enquanto sujeitos camponeses (as) políticos e pesquisadores (as), desenvolvam uma investigação com engajamento político e social do objeto de pesquisa, buscando não só compreender a realidade, mas também a transformação do mesmo.

A JUVENTUDE NA CONSTRUÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS

Abordar a temática juventude enquanto categoria social é de suma importância, pois precisamos compreender suas diversidades, suas realidades, sua formação enquanto sujeitos políticos e as disputas ideológicas que os caracterizam enquanto jovens, principalmente quando se refere da população do campo. No entendimento de Leão e Antunes-Rocha (2015), se direcionar ao termo juventude requer inicialmente um esclarecimento do seu uso: “[...] isso demanda um primeiro esforço de desconstrução de representações sociais que operam no senso comum e tende a delimitar a juventude ao recorte etário com determinados valores e práticas sociais comuns” (Leão; Antunes-Rocha, 2015, p. 18). Neste sentido,

[...] em termos universais, podemos dizer que a juventude é uma fase da vida em que os sujeitos vivem intensas e rápidas transformações biológicas, emocionais e cognitivas, que impactam seu modo de ser no mundo. É um momento em que os sujeitos vivenciam processos de construção de uma maior autonomia e se colocam questões acerca de suas escolhas e projetos futuros. É uma fase também em que se ampliam as relações pessoais, políticas e sociais para além dos espaços restritos da família e da escola (Leão; Antunes-Rocha, 2015, p. 18).

Para Marinho (2014) a juventude enquanto conceito se destaca “pela diversidade que essa categoria social possui, pois não existe uma juventude, e sim juventudes que precisam ser vistas além dos cortes etários. Um horizonte importante de ser seguido para evitarmos a homogeneização desse conceito”. Dialogando com as falas acima, de acordo com Castro, “[...] o termo juventude precisa ser observado a partir das relações sociais, das disputas de poder e principalmente do contexto histórico, no qual estão inseridos[...].” (Castro, 2005 *apud*. Marinho, 2014, p. 169).

No que se refere a juventude rural, Borba (2017, p. 39) destaca que esta categoria

[...] está evidenciada e incorporada pelo ESTADO brasileiro para o desenvolvimento de Políticas e Ações específicas para esse público e que, ao buscar as auto-representações por diversas organizações e movimentos sociais, a juventude tenta afirmar sua existência e seus projetos políticos [...]. É possível perceber que a categoria JUVENTUDE RURAL é usada, muitas vezes, por parte do Estado de forma genérica para se referir a uma dimensão heterogênea das juventudes que vivem no contexto do campo. Embora se sabe que os diversos movimentos juvenis e organizações sociais sempre buscam reafirmar suas identidades políticas, sociais, econômicas e culturais, pois significa a demarcação de espaço,



tanto para romper com a invisibilidade, quanto para consolidar políticas e ações do Estado aos grupos afins (Borba, 2017, p. 39, destaque da autora).

“Tentar acionar a juventude como mais que uma palavra, definindo essa categoria como população, movimento social, cultura ou mesmo para se autodefinir, implica classificá-la dentro de relações entre pessoas, entre classes sociais, relações familiares e de poder [...]” (Borba, 2017, p. 41). Desta forma, Castro diz que “é preciso compreender as múltiplas realidades em que esse público está inserido e as contradições que permeiam no meio rural, em que os jovens são afetados diretamente” (Castro, 2012 *apud*. Borba, 2017, p.41).

De acordo Durand e Alves (2015), socio historicamente, a juventude tem sido compreendida “como uma fase de vida, que é construída social e culturalmente e, portanto, modifica-se conforme o contexto histórico, social, econômico e cultural. Dada a sua condição plural e diversificada, não se trata de termos uma juventude, mas juventudes” (Durand; Alves, 2015, p. 72). Portanto, considerando a juventude e suas diversidades, aqui abordaremos sobre a juventude do campo, em que destacaremos os jovens do MST no Maranhão. Voltaremos nossa atenção para os jovens de Morada Nova – Baixa do Arroz como sujeitos camponeses e categoria social e política.

Morada Nova – Baixa do Arroz, como já mencionado, localiza-se na zona rural do município Monção, na baixada maranhense, cerca de 246 km de São Luís, a capital do estado do Maranhão. A comunidade compõe parte do assentamento Diamante Negro Jutay, que nasce das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que no ano de 1985 ocupou a fazenda Diamante Negro, no então município Vitória do Mearim - MA às margens da BR 222, com a desapropriação da área em 1994, o MST passou a organizar as famílias que já moravam em vários pontos da região formando uma única vila, Morada Nova – Baixa do Arroz. A comunidade abrange uma área de 643 hectares de terras, composta por 90 famílias, sendo populada por 300 habitantes, incluindo crianças, jovens e adultos.

No MST-MA, dentre outros movimentos, a juventude tem linhas gerais de atuação que abrange desde a formação política ideológica, participação nas ações internas e externas do Movimento, se auto-organizando e se colocando a frente das lutas e enfrentamentos. Para tanto, usa-se desde às várias formas de linguagens, de arte, buscando a garantia do acesso da classe trabalhadora do campo aos seus direitos que se estende desde a terra, moradia, políticas públicas (saúde, educação, dentre outras), até a consolidação reforma agrária popular. Assim, a juventude sem terra vai assumindo um grande papel na estimulação das massas, de ser a nova geração que assumirá as tarefas do MST.



De acordo com Gomes (coordenação estadual do MST – MA, em entrevista realizada 11 de setembro de 2021), aqui representando o coletivo de juventude do MST, a juventude do referido movimento está organizada em cinco grandes regiões no Maranhão: Itapecuru, Mearim, Médio Mearim, Açailândia e Tocantina e cumpre uma função muito importante no processo de organização nos territórios e compõem a organicidade interna nos diversos espaços e compõem os setores e coletivos da organização.

Iara (jovem militante do MST – MA, em entrevista realizada 28 de março de 2022), do coletivo de cultura, formação e juventude, reafirma a fala acima de Gomes, ao dizer que a juventude do Movimento se organiza desde os assentamentos, acampamentos e nas diversas instâncias e espaços organizativos do MST. Ela diz ainda que uma primeira frente de organização e inserção desses jovens é a escola. É através da escola do campo, das escolas itinerantes, ou mesmo das ações auto-organizadas do setor de educação, que se faz o primeiro trabalho de mobilização e formação para que desde a infância, esses sujeitos, ao chegar na fase da juventude, devem se sentir provocados a pensar sua realidade, valorizar sua comunidade, entender a sua trajetória e lutar pelas possibilidades de viver dignamente.

Ainda de acordo com Iara, outra frente de organização é a inserção no trabalho organizado, seja por cooperativas, seja por coletivos de produção. Esta frente, apesar de sua importância, é uma das mais desafiadoras para as áreas de reforma agrária, pela ausência de políticas públicas e incentivos que tornem as condições de trabalho mais viáveis para a permanência da juventude no campo.

Entretanto, a organização do estudo, da inserção, a participação da juventude também pode ser pautada e reorientada a partir da organização coletiva para incentivar que a juventude camponesa tenha acesso ao ensino superior e maiores possibilidades de atuação profissional, bem como de retornar à comunidade mais qualificados para contribuir com os desafios e as necessidades dos territórios - a exemplo dos cursos realizados pelo PRONERA (Iara em entrevista realizada 28 de março de 2022).

Como exposto, Morada Nova – Baixa do Arroz é populado por 300 habitantes, destes, 60 são jovens de ambos os sexos. Ed, salienta que parte dessa juventude está participando do grupo de jovens organizado pelo MST na regional Mearim, onde buscam formação política, realizam debates e planejam ações em prol dos seus direitos e do desenvolvimento do seu território.

No que diz respeito ao território, Borba afirma que este pode ser material e imaterial, “material, quando está relacionado ao espaço físico; e/ou imaterial quando associado ao espaço social, ou seja, relações sociais firmadas por um arcabouço de pensamentos, conceitos e ideologias” (Borba, 2017, p. 106). A “imaterialidade e materialidade são complementares e assim como o espaço, não podem, em hipótese alguma, serem dissociadas do entendimento sobre o território”. Para a autora, o



território material e imaterial é caracterizado pelas intencionalidades e relações de poder que os sujeitos ou grupos tomam para si (Vinha, 2013, p. 31-32). Ou seja,

[...] a disputa, a tensão e o conflito paradigmático fazem parte do pensamento geográfico. Na busca de uma leitura da realidade, eles participam de um espaço de luta teórica e que abrange todo um aparato político-ideológico. Sem essa disputa paradigmática, o pensamento geográfico não avança, sendo o diálogo o fio condutor que qualifica o conhecimento (Vinha, 2013, p. 32).

Se tratando das relações de poder que constituem um território, Fernandes (2012, p. 746) afirma que um território camponês só passa a ser como tal a partir da relação social que a constrói e que seja aquela cujo trabalho beneficia todos os sujeitos envolvidos, como “o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental”. Ainda segundo Fernandes, no que diz respeito as referidas relações sociais e seus territórios,

[...] são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas”. Esse enfrentamento entre relações sociais camponesas e capitalistas, ocorre devido o sistema capitalista visar cada vez mais capital e para tanto, se apropria não só da produção, mas também de territórios camponeses, deixando-os em situações precárias. (Fernandes, 2012, p. 747).

Ainda se referindo ao território, Fernandes (2008) aponta que

[...] cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. (Fernandes, 2008, p. 279).

No que diz respeito ao território, Medeiros afirma que, “[...] o território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder” (Medeiros, 2008, p. 217). Para a autora, o “território é, pois, um novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores” (Medeiros, 2008, p. 218). Nessa perspectiva, Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 21) dizem que os jovens camponeses se organizam e se comprometem com as causas sociais buscando também “organizar sua existência na possibilidade de produzir e reproduzir suas vidas no âmbito do território camponês, entendido aqui como um espaço material/imaterial de produção de vida, mas que não se limita à definição geográfica”.

Portanto, de acordo com Iara (em entrevista realizada 28 de março de 2022), o coletivo de juventude é de suma importância no processo de organização dos jovens nos assentamentos e



acampamentos, pois o mesmo “é responsável por fazer a inserção da juventude nos espaços políticos do MST, de modo que a juventude cumpra nos territórios a tarefa de capitalizar e espriar as diversas ações, dos diversos setores do Movimento como gênero, educação, produção, saúde”, dentre outros, valorizando o campo como seu território, espaço de vida e resistência. Considerando esse processo de organização e comprometimento da juventude com a luta pelas causas sociais, Martins, Nunes e Gasparin (2021) dizem que

[...] é necessário trazer perante a sociedade a justiça desta luta diante das enormes desigualdades sociais, o que demanda o fortalecimento das articulações com os diversos segmentos que fazem esta luta e com a sociedade em geral, assim como os povos do campo e das florestas e tantos outros, para a luta direta, enfrentando o crescente processo de concentração de terras e as expropriações povos de seus territórios (Martins et al., 2021, p. 639).

Consideração que o território pode ser material e imaterial, ao indagar sobre como a juventude sem terra está produzindo seus territórios, Gomes (em entrevista realizada 11 de setembro de 2021) afirma que a juventude no MST constrói a sua existência e resistência a partir dos territórios que estão inseridos e assim vão se enraizando nas áreas, construindo processos de formação política, agregando culturas e formas inovadoras de como atingir outros públicos. Segundo Gomes, podemos perceber que a juventude do campo organizada pelo MST tem um papel fundamental para o desenvolvimento de sua base, ou seja, de seus acampamentos e assentamentos. Nesta lógica, em Morada Nova – Baixa do Arroz, a juventude tem produzido seus territórios no âmbito do fortalecimento da cultura, do lazer e do desenvolvimento territorial, como podemos perceber na fala de Ed, que na referida agrovila, nos dias atuais a inserção dos jovens no processo de resgatar e fortalecer as raízes culturais existentes na comunidade, como por exemplo:

[...] temos uma turma de bumba meu boi onde a grande maioria dos participantes são jovens; também temos a formação de um time de futebol. Uma outra questão é a busca da melhoria dos territórios matérias como a escola, posto de saúde, moradia, estrada, enfim, melhorias nas infraestruturas existentes na comunidade.

Essa inserção das juventudes do campo no processo de (re) criação e/ou de desenvolvimento de seus territórios é de suma importância para esse público, principalmente no que diz respeito a sua identidade enquanto jovens camponeses. Se referindo a cultura enquanto território, Medeiros (2008, p. 222) diz que a mesma tem influência marcante no processo de “organização do espaço do assentamento e é percebida à medida que o novo território vai se constituindo, se organizando e expressando os jeitos, as práticas que os camponeses trazem consigo ao longo de sua história de vida [...]”.



Segundo Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 21), no Brasil, a sociedade tem passado por diversas transformações, “especialmente no âmbito da relação entre local, nacional e global, o que impede uma vinculação direta e imediata entre os sujeitos e seu espaço de nascimento/moradia, estudo e trabalho”. Nessa lógica, os autores afirmam que ao utilizarmos o termo “juventude(s) no/do campo”, pode ser destacado “a dificuldade em nomear esses sujeitos sem cair em uma visão estereotipada e tradicional do campo brasileiro como espaço limitado a um perímetro não-urbano”.

Concordando com as falas acima, Mansan (2008) salienta que “[...] os jovens foram vistos de diferentes modos e por diferentes métodos, os estudos sobre a juventude indicam que devemos percebê-la como uma construção social, cultural e histórica dinâmica, intimamente ligada às transformações contemporâneas” (p. 49 - 50). Portanto, observa-se que a juventude enquanto categoria social, deve ser vista como sujeitos políticos e coletivo de construção/transformação da sociedade. E para assumir sua tarefa histórica, exige envolvimento com lutas sociais, amplo processo de formação política, e participação orgânica na estrutura organizativa de instrumentos políticos.

Contribuindo com a discussão aqui colocada, Barcellos (2017, p. 243) afirma que,

Mesmo que a categoria jovem/juventude rural esteja diretamente associada a uma determinada população rural no Brasil, que abrange pequenos produtores pauperizados e sem terra, assentados de reforma agrária, camponeses e trabalhadores rurais assalariados, outros grupos de jovens que vivem no espaço considerado rural se organizam politicamente e reivindicam outras identidades, vinculadas a formações históricas, culturais e ambientais específicas.

Nesta perspectiva, Borba (2017) afirma que

A juventude do campo estabelece uma relação simbólico-cultural com território camponês à medida que esses jovens se apropriam do território na perspectiva de uma identidade socioespacial. [...] o território não é apenas visto sob o ângulo homogêneo, em que o aspecto sociocultural está dissociado das relações políticas e sociais, mas dentro do enfoque relacional (Borba, 2017, p. 111).

Para além de produzir seus territórios como exposto anteriormente, a juventude também tem um papel fundamental na construção da educação do campo, como podemos perceber no item seguinte, momento em que será feito uma abordagem sobre os jovens camponeses e sua importância no processo de luta pelo referido projeto de ensino, enquanto sujeitos de direitos.

JUVENTUDE CAMPONESA NA PRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO



Como podemos observar, a juventude do campo tem fortalecido suas lutas e construído seus territórios e são de suma importância para o processo de construção da educação do campo enquanto território camponês, como veremos ao longo deste texto.

Para começo de conversa, precisamos entender a temática juventude e educação do campo como parte das conflitualidades assim como às “disputas por terra, ao modelo de produção e ao desenvolvimento para o campo. É na condição de luta que os camponeses e camponesas recriam suas histórias, propondo e construindo um projeto de formação humana e sociedade” (Mello⁴, 2019).

Assim, Iara afirma que a juventude é, certamente, um dos principais sujeitos da educação do campo. Seja pela demanda considerando que a juventude representa uma parte significativa dos sujeitos assentados e acampados e das escolas estarem diretamente vinculadas a ela, ou seja, aos jovens, “seja pela capacidade de envolvimento da juventude no projeto da educação do campo, na sua proposta de vivência mais ampla para além do espaço formal da escola, por ser uma proposta de educação que pensa os territórios coletivamente” (em entrevista realizada 28 de março de 2022).

Corroborando com as falas acima, Mansan afirma que, “[...] é necessário notar que a juventude é uma categoria que sempre se recria junto com o campesinato, sendo por vezes os sujeitos sociais mais dinâmicos da família camponesa, das comunidades e das organizações sociais e políticas” (Mansan, 2008, p. 66). Portanto, dialogando com Mansan, Mello (2019) diz que,

[...] para nos reconhecemos em nossos territórios, aprendemos que é necessário enfrentar os problemas da realidade que condicionam nossas vidas. Assim, além da resistência, é na ousadia que está fundamentada nossa identidade de juventude camponesa. Apesar das marcas da desigualdade e do cotidiano repleto de contradições, viemos nos autoafirmando como sujeitos políticos na defesa de nossos interesses.

Neste seguimento, Pinho (2017) salienta que o processo de organização da juventude, assim com a mobilização desses sujeitos que vivem no e do campo, é primordial “para a construção de uma educação diferenciada”. A Pinho diz ainda que,

Apesar de serem marcados pela desigualdade e vivenciarem um cotidiano repleto de contradições, os jovens vem se autoafirmando como sujeitos políticos na defesa do seu espaço. Além disso, lutam por uma educação que promova a consciência crítica e permitam-lhes posicionar-se perante um projeto hegemônico de trabalho e agricultura que vai de encontro ao agronegócio” (Pinho, 2017, p. 2).

Se tratando do agronegócio, Mellho (2019) em seu entendimento afirma que quando o mesmo vai se consolidando,

A juventude camponesa se evidencia no cenário político como uma preocupação. Tal sistema aprofunda a exclusão social e promove a expulsão massiva dos jovens do campo. A

4 Militante do MST – Paraná pelo Coletivo de Juventude.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

politização deste fenômeno é essencial, tendo em vista que na literatura clássica é tratado como um simples desinteresse pelo campo e atração pela cidade. Sair do campo não é uma opção da juventude, mas é o resultado da negligência de direitos fundamentais, em especial acesso à terra, trabalho e renda, e educação.

Portanto, considerando a atualidade no que diz respeito a realidade agrária brasileira, Cover e Cerioli (2015) afirmam, que a mesma apresenta apenas dois projetos voltados para o campo, ambos com objetivos de desenvolvimento diferentes: o agronegócio e a agricultura familiar camponesa. Um é “baseado na grande propriedade, voltado sobretudo à produção de *commodities* para exploração (grifo dos autores)”, e a outra “baseada na pequena propriedade, voltada prioritariamente à produção de alimentos para o mercado consumidor nacional” (Cover; Cerioli, 2015, p. 53).

É nesse contexto que a luta pela Educação do Campo tornou-se bandeira central entre a juventude, para permanecer no campo com acesso à escolarização e com uma proposta de formação que corresponda aos nossos anseios. Forjamos nos últimos anos um alargamento do nosso ideário de educação junto a sociedade brasileira. O acesso da Educação Infantil até o Ensino Superior deixou de ser privilégio, e passou a ser interpretado como um direito conquistado pelos trabalhadores e trabalhadoras [...]. Nesse processo, a trajetória de lutas dos camponeses e camponesas que historicamente foram marginalizados fez da Educação do Campo a referência de um direito a ter direitos. Essa noção, mais do que nunca, está em conflito com o projeto ultraconservador neoliberal que vem sendo implantado no Brasil (Mello, 2019, np).

A juventude, ao se organizar e se colocar em luta contra o sistema capitalista, em prol dos seus direitos, abraçaram a educação do campo e seus níveis de ensino, incluindo os mais elementares, ou seja, da educação infantil ao ensino superior, como elemento prioritário a ser reivindicado enquanto política pública e direito da população camponesa. Para Iara (em entrevista realizada 28 de março de 2022), a juventude é, também, o maior demandante da concretização da educação do campo, pois é quem engrossa as fileiras de lutas, na reivindicação de direitos. Portanto, Iara acredita “que a juventude tem um papel central, político e estruturante para a educação do campo”. Desta forma, a juventude vem contribuindo no processo de construção da educação do campo e demonstrando a importância de seu papel na luta pela reforma agrária popular.

Se tratando de Morada Nova – Baixa do Arroz, enquanto parte de um assentamento organizado pelo MST e que tem sua população composta por um grande número de jovens, podemos dizer que ainda são poucos os que se identificam como camponeses e com a luta pelos seus direitos e desenvolvimento da comunidade como seu território. Pois de acordo com Ed (em entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2021), em torno de 50% dos jovens de Morada Nova, participam das mobilizações, mas talvez não porque tem a consciência de que está lutando por seus direitos, às vezes por impulso ou influências de outros. Pois, parte da juventude ainda não conseguiu ter “uma formação política e uma consciência de que é um sujeito político de direitos e que tem que reivindicar



por eles, apesar de muitos já terem participado dos momentos de formação política e ideológica promovidos pelo coletivo de juventude do MST”.

O processo de formação promovido pelo Coletivo de juventude sem terra, exposto na fala de Ed, de acordo com Pinho (2017), “[...] consiste na articulação entre educação e trabalho alinhada à mobilização, participação em todos os níveis de debates, reflexões e processos decisórios”. Pinho diz que o “intuito é ver os jovens se prepararem para tomar decisões coletivas e resolver problemas que afetam suas vidas e trazem implicações para o seu futuro, quer seja no núcleo escolar, familiar, comunitário ou qualquer outro grupo do qual façam parte” (Pinho, 2017, p. 7).

Para Iara (em entrevista realizada 28 de março de 2022), no MST, a participação da juventude e a ocupação desse público nos espaços de direção e tomada de decisões, é uma condição para que o Movimento tenha vida longa. Entretanto, Ed considera a situação da juventude de Morada Nova complicada, considerando que embora muitos dos jovens que vivem no campo “tenham” uma visão de uma educação com princípios libertários e que transformam, parte dessa juventude ainda não consegue se perceber como tal (em entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2021).

A gente não consegue de fato materializar esses objetivos e a juventude acaba ficando alheia ao processo, ou seja, assim sendo, os jovens são muito mais influenciados pelas mídias, redes sociais e pelo exterior da sociedade do que pelos princípios da educação do campo, até mesmo por terem pouco acesso a esse modelo de ensino (Ed em entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2021).

Mansan (2008) afirma que os jovens do campo, ao se conectarem “nas mesmas redes modernas que o jovem urbano, pode, ao mesmo tempo em que reproduz sua construção histórica identitária, estar criando novos processos relacionais no interior de sua comunidade, a partir de sua relação com o mundo urbano e global” (Mansan, 2008, p. 55). Em concordância com esta ideia, Medeiros salienta que,

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamentos dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos (Medeiros, 2008, p. 224).

Partindo dessa ideia e considerando a fala de Ed, percebemos que uma parte da juventude da Morada Nova ainda não consegue se identificar ou se ver como jovens camponeses e sujeitos políticos de direitos. Isso atrapalha, inclusive, não só na vida social deste público, mas no processo de desenvolvimento do assentamento e da própria comunidade enquanto território camponês e espaço de vida desses sujeitos e até mesmo no projeto de reforma agrária popular.



Diante da fragilidade identitária dos jovens do campo, é necessário que as comunidades busquem meios de inserção destes sujeitos nas formações, de forma que eles possam se enxergar como juventude, camponeses, cidadãos de direitos, pertencentes a um processo de luta por vida digna, por causas libertárias, contribuindo com o processo de conscientização dos mesmos, suas relações sociais e seu reconhecimento enquanto parte do território. De acordo com Bogo (2010) a consciência do homem e da mulher do campo no que se refere a si mesmos está conectada à sua autoestima sendo esta de suma importância para fortalecer o processo de enfrentamento ao sistema capitalista e combater seu avanço no campo por meio do agronegócio.

Desta forma, “o processo de formação da e com a juventude é estratégica”, assim se torna necessário “[...] encontrar formas de envolver, motivar e incentivar a participação da juventude nos processos de luta, organização e formação” (Pizetta, 2007). Contudo, no que diz respeito a participação da juventude no processo de luta e organização do seu território,

[...] deve-se também problematizar a vida comunitária, estabelecer uma nova estética desta vida, influenciando nos valores ali compartilhados, celebrados, no embelezamento das áreas e no acesso a outros espaços culturais, como bibliotecas e centros culturais, praticamente inexistente nos assentamentos. Bem como protagonizar a escola como instrumento de difundir a cultura popular e a cultura política dos trabalhadores, principalmente ou em especial, os que vivem no e do campo (Martins *et al.*, 2021, p. 641).

Portanto, a outra parte da juventude de Morada Nova que se reconhece enquanto camponeses de direito e veem o campo como seu território e espaço de vida e resistência, tem se somado nas tomadas de decisões, lutas e mobilizações, reivindicando seus direitos, como o acesso às políticas públicas, entre elas, a educação. Podemos observar isto nas seguintes falas: “hoje na comunidade a juventude está bem participativa, onde podemos destacar que os membros do conselho da associação de Morada Nova são compostos por alguns jovens com certa formação política, contribuindo nas tomadas de decisões” (Ed, em entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2021).

Entretanto, percebe-se que mesmo não tendo toda juventude de Morada Nova organizada e inserida no processo de decisões, nas lutas e reivindicações dos seus direitos, existem aqueles que buscam se inserir nesses espaços de luta e enfrentamento. Desta forma, podemos dizer que a juventude camponesa assume uma tarefa importante no processo de luta e construção da educação do campo, ou seja, os jovens têm um papel indispensável como sujeitos de criação e recriação dessa proposta educativa cujo objetivo é a emancipação, a formação política e ideológica do homem e da mulher do campo. Neste sentido, o processo de territorialização da Educação do Campo como fruto do campesinato e da Juventude Sem Terra, é de fundamental para que esta contribua no para a



formação política e territorialidades⁵ da juventude do campo. Porém, sabemos que existem desafios como veremos no item a seguir.

DESAFIOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DA JUVENTUDE SEM TERRA

Como podemos observar no item acima, educação é suma importância na formação da juventude camponesa e preparação destes para a luta de classe, e construção da reforma agrária popular⁶. Observou-se, também, a importância da juventude no processo de luta e construção do referido projeto de ensino, enquanto sujeitos políticos na busca de seus direitos. Porém, vivemos num país onde, de acordo com o programa ou projeto de reforma agrária do MST,

O Estado brasileiro, mais além do seu arcabouço jurídico de proteger os interesses da classe dominante, tem cumprido um papel fundamental de garantir a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola. Ele atua na garantia de transferência de recursos públicos, via investimentos e através do financiamento compulsório destinado a ele, recolhendo da poupança nacional depositada nos bancos (MST, 2013, p. 12).

O agronegócio enquanto modelo de produção agrícola “foi massivamente adotado pelas empresas capitalistas no campo[...]” tornando a “agricultura como um negócio para acumulação de riqueza e de renda sob o controle do grande capital” (MST, 2013, p. 10). A ação do Estado em prol da classe dominante, ou seja, que beneficia e fortalece o referido projeto capitalista, traz para a classe trabalhadora grandes consequências. Para o MST, o capital aplica e visa uma agricultura onde sua prática deve ser “sem agricultores e com pouca mão de obra. Isso traz como contradição a falta de futuro da juventude, o aumento da migração e o despovoamento do interior” (MST, 2013, p. 19).

Corroborando com o debate, Mello e Silva (2020) afirmam que a atual configuração rural do Brasil, onde as grandes propriedades de terras se concentram nas mãos de poucos (propriedade privada), é “herança” dos colonizadores do país. Portanto, atualmente no que se refere a situação agrária do Brasil, “[...] o capitalismo está na sua fase de dominação do sistema financeiro e, na agricultura brasileira e em nível internacional, o domínio é das empresas transnacionais, cujo modelo agrícola denomina-se agronegócio” (Mello; Silva, 2020, p. 285, 286 e 287).

⁵ As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios (Saquet; Briskievicz, 2009, p. 9).

⁶ “O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores” (MST, 2013, p. 33).



Portanto, os autores demonstram que o cenário agrário brasileiro tem sofrido grandes mudanças causadas pela ganância financeira do sistema capitalista nacional e mundial, gerando cada vez mais pobreza para a classe trabalhado, em especial a do campo. De acordo com Mello e Silva (2020), a ação da classe dominante e status da classe mais pobre, ocorre por meio da expulsão dos camponeses de seus territórios, dando “espaço para altas tecnologias sem trabalho do homem; destruição ambiental, em especial da água e solo, danos à saúde humana e animal, através dos agrotóxicos” (Mello; Silva, 2020, p. 287).

Diante da atual realidade da produção agrícola no Brasil, a luta da classe trabalhadora e movimentos sociais do campo pela reforma agrária popular ganha força, pois de acordo com o MST (2013, p. 31), esta “se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura para brasileira”. Ainda segundo o referido Movimento, [...] “a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais” (MST, 2013, p. 31).

Dialogando com a fala acima, Mello e Silva apontam que

O modelo de reforma agrária do tipo clássica burguesa, realizada em países da Europa, está esgotado e não será mais viabilizado nesse contexto histórico do Brasil. O que não significa que os movimentos populares tenham abandonado a luta pela terra, ao contrário, ela ganha mais peso ainda, só que agora o latifúndio está mais poderoso economicamente e não é mais representado por gerentes de fazendas. A necessidade de distribuição de terras no país aumenta, porque os grandes fazendeiros continuam explorando-a e obtendo lucros extraordinários (Mello; Silva, 2020, p. 290).

Para os autores, é fundamental compreender essa nova fase do sistema capitalista, no que diz respeito ao seu projeto de agricultura, considerando “sua força hegemônica, que traz novas implicações e desafios complexos para a luta do campesinato”. Os autores acrescentam ainda que, “o patamar da luta de classes do campo brasileiro alterou-se e agora trata-se de projetos políticos em disputa para o campo” (Mello; Silva, 2020, p. 287).

Neste sentido, o MST compreende que esse novo cenário agrário que o Brasil vive, exige tanto do próprio Movimento quanto dos demais movimentos sociais de modo geral que buscam uma reforma agrária, novas posturas onde, necessitamos defender agora um novo projeto agrário visando



que este seja popular⁷. Miguel Stédile diz que, o referido projeto visa ser popular, porque o mesmo deve ser construído a partir da classe trabalhadora de modo geral, ou seja, do campo e da cidade, com objetivos que vão além da terra, mas também a produção de alimentos para todos os brasileiros (Stédile, 2017, p. 20). Desta forma, “não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial [...]” (MST, 2013, p. 32). Para além disto, outros requisitos fundamentais na luta pela reforma agrária popular como:

[...] A luta pela reforma agrária se insere agora na luta contra o modelo do capital. É um estágio da nossa luta, com desafios mais elevados e complexos, diferente do período do desenvolvimento industrial (1930-80), quando os assentamentos da reforma agrária em áreas improdutivas, para a produção de alimentos, somavam-se com a agricultura patronal voltada, prioritariamente, para a agroexportação. Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas, se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas (MST, 2013, p. 32).

Segundo Stédile, a reforma agrária popular vem propor melhorias e mudanças radicais na organização do campo brasileiro, exigindo que os bens naturais beneficiem todo povo, a classe trabalhadora brasileira e não do agronegócio, e para isso a natureza precisa ser preservada. Além disso, propõe, também, a produção agroecológica, a “industrialização do campo” visando melhorias financeiras e desenvolvimentos para campo e cidade (Stédile, 2017, p. 21).

E tudo isso deve ser acompanhado do acesso de qualidade à educação, a saúde e a produção de uma nova cultura. Todas estas transformações devem ser acompanhadas com mudanças nas relações sociais, que permitam maior participação política e econômica dos jovens e das mulheres e que o camponês seja o senhor do seu destino (Stédile, 2017, p. 21).

Considerando as falas acima, podemos observar que a consolidação da reforma agrária popular enquanto projeto importante no ou para o enfrentamento ao sistema capitalista e o agronegócio, exige dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, em especial a do campo, auto-organização o fortalecimento no processo de luta de classes. Neste seguimento, para o MST,

Essa nova natureza da luta pela reforma agrária, coloca novos desafios, como: a) A reforma agrária popular deve resolver os problemas concretos de toda população que vive no campo; b) A reforma agrária tem como base a democratização da terra, mas busca produzir alimentos saudáveis para toda população; objetivo que o modelo do capital não consegue alcançar; c) O acúmulo de forças para esse tipo de reforma agrária depende agora de uma aliança consolidada dos camponeses com todos os trabalhadores urbanos. Sozinhos os sem terra não conseguirão a reforma agrária popular. d) Ela representa um acúmulo de forças para os

⁷O programa de Reforma Agrária Popular não é um programa socialista – embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza e um estágio das relações sociais na sociedade brasileira [...] (MST, 2013, p. 32).



camponeses e toda classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade (MST, 2013, p. 34).

Entretanto, reforma agrária popular, ao contrário do projeto agrário capitalista, de acordo com Stédile (2017), “deve construir relações onde os camponeses sejam sujeitos de sua história e de sua vida, que possam decidir e implementar o que é melhor para tornar suas vidas mais dignas e o campo um lugar bom de viver”. O autor afirma ainda que tal ação dos camponeses, “só é possível com espaço de participação. [...] só haverá Reforma Agrária Popular se todos tiverem o direito a palavra, homens, mulheres e jovens” (Stédile, 2017, p. 24).

Como podemos ver, a luta contra o agronegócio demanda de inúmeras tarefas a serem desenvolvidas que exigem dedicação dos sujeitos envolvidos. Tarefas que se estendem desde a ocupação de terras como outros espaços políticos, como a escola e a educação por serem fundamentais para formação e conscientização do homem, da mulher e dos jovens. Stédile (2017, p. 25) reforça que é preciso um ambiente escolar que seja de “[...] auto-organização, de questionamento e de construção de outras políticas pedagógicas que acumulem para a reforma agrária popular, formando para o melhor do ser humano e não para o mercado”, que atenda às necessidades da juventude, considerando que os jovens são imprescindíveis na luta pelo referido projeto popular.

Dialogando com Stédile, o Coletivo de Juventude Sem Terra⁸(2019, p. 109), apresenta dois fatores importantes que destacam a “[...] educação com centralidade para a juventude: o primeiro é que na escola os jovens têm os primeiros contatos com a vida social da comunidade e segundo porque a escola deve possibilitar a formação de um sujeito com consciência crítica da realidade”.

Considerando as falas acima, se tratando das escolas do campo, para o desenvolvimento da educação do campo, as escolas tem como desafios pensar e construir um Projeto Político Pedagógico voltado para os objetivos do campesinato, considerando que este é o instrumento que irá direcionar o processo de ensino e aprendizagem da escola; realizar formações e capacitações para os professores, referente a educação do campo e suas políticas; desenvolver atividades, também de caráter formativas no âmbito culturais, folclóricas, e de caráter político e ideológico, voltadas para além das crianças, mas também a juventude e adultos em várias áreas. Ou seja, a escola tem que ser da e para a população da comunidade ou assentamento como um todo, inserindo-os nos debates e sobre seus territórios, seus

⁸ “O coletivo nacional de juventude faz parte da estrutura orgânica do MST. Foi criado em 2005 durante a realização da I Assembleia Nacional da Juventude Sem Terra na Marcha Nacional por Reforma Agrária” (Coletivo de Juventude Sem Terra, 2019, p. 104).



direitos, as novas formas de produção a exemplo da agroecologia, dentre outros desafios, em prol da então sonhada reforma agrária popular.

Se tratando da juventude, como já mencionado anteriormente, uma das principais bandeiras de luta da juventude do campo, em especial a sem terra, é por educação do campo, visando o acesso da educação infantil ao ensino superior. Pois, de acordo com o a juventude do MST, educação é fundamental para que os jovens permaneçam no território camponês. Pois, “[...] entendemos por educação o acesso a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais, a formação para o trabalho e para a participação política, o jeito de produzir e de se organizar, a prática dos valores humanistas e socialistas que defendemos” (Stédile, 2019, p. 109). Para a Juventude do MST, no que se refere a formação,

É preciso avançar na compreensão de que as atividades massivas com os (as) jovens precisam vir acompanhadas de um processo mais consistente na base, caso contrário, elas se tornam eventos. Da mesma forma, precisamos ter atenção para os temas que são trabalhados com a juventude. Mesmo sendo necessários, muitos (as) jovens ficam alheios a alguns debates por falta de contato inicial em outros espaços de formação, por isso, pelo aprendizado e experiências, podemos ir exercitando e aperfeiçoando as pequenas plenárias, ainda que sem abandonar os encontros massivos, como espaços reduzidos e com maior possibilidade de apreensão do conhecimento, facilitando também que se faça o diálogo dos grandes temas com a realidade concreta da juventude (Stédile, 2019, p. 115).

Partindo desta compreensão, e diante de uma nova natureza de luta por um projeto digno para o campo, a juventude assume um papel indispensável neste processo de enfrentamento ao capital em prol da reforma agrária popular. Com esse novo contexto de disputa territorial, por direitos e melhorias de vida, surge algumas tarefas urgentes para os jovens do campo, que de acordo com o Coletivo de juventude do MST, são:

[...] A juventude se coloca como sujeito de nossa base com potencial de construir as novas relações sociais no campo, pois tem caráter de criatividade, de inovação, de mudança. Além da produção de alimentos, outro desafio é o desenvolvimento de tecnologias que respeitem os seres humanos e a natureza, que considere a superação histórica da degradação dos trabalhadores e da natureza diante dos meios de produção, dos processos produtivos. Precisamos de um novo modelo tecnológico para o campo, e temos claro que o primeiro passo é a mudança da matriz tecnológica de produção para a agricultura, privilegiando a satisfação das necessidades sociais e não o lucro capitalista. [...] fazer formação política e ideológica para projetar novos lutadores (as) do povo, ter como foco a projeção de militantes. Intensificar o trabalho de auto-organização da juventude dentro das escolas. É uma boa oportunidade tendo em vista que há um enorme número de jovens que residem nesses espaços sem que haja articulação com esse público. Da mesma forma, a juventude camponesa precisa contribuir com a juventude urbana na reorganização da esquerda, com novos métodos de luta e trabalho de base, na construção de um projeto popular e socialista para o país (Stédile, 2019, p. 108-113).

As falas acima demonstram o quão grandioso é o tão sonhado projeto de reforma agrária popular pelos movimentos sociais do campo, como ferramenta crucial no combate ao sistema



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

capitalista e seu projeto para o campo, o agronegócio. Demonstram, também, que para alcançarmos tal projeto, a sociedade, em especial a que vive no e do campo, precisa estar organizada, de modo que homens, mulheres e jovens do campo possam ter vez e voz. Além do mais, estes sujeitos, na qual destacamos a juventude camponesa, devem ser reconhecidos como construtores de sua própria história, ocupando todos os espaços de direito como além da terra, acesso a políticas públicas de qualidade como moradia, saúde, educação, infraestrutura, trabalho e vida digna. Já diz as palavras de ordem que bem definem as lutas travadas pelo Movimento Sem Terra: “Reforma Agrária: por escola, terra e dignidade” e “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise aborda a juventude camponesa, especialmente a juventude de Morada Nova – Baixa do Arroz no Maranhão, como categoria social, política e histórica que constrói e transforma seus territórios materiais e imateriais. O estudo destaca que a juventude do campo não é homogênea, pois existem “juventudes” com diferentes identidades, contextos e formas de organização. Os resultados evidenciam que a juventude camponesa do MST são sujeitos ativos na construção de seus territórios e da Educação do Campo, embora enfrente desafios de formação política, identidade e permanência no campo. A organização coletiva, a educação e a cultura são instrumentos centrais de resistência, enquanto a Reforma Agrária Popular se apresenta como horizonte estratégico para consolidar um campo vivo, justo e emancipador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado analisa a juventude camponesa constrói seus territórios e a participação deste público na produção da educação do campo e no fortalecimento da luta pela reforma agrária popular. A pesquisa evidencia a importância da escola e da educação do campo no processo de formação e territorialidade da juventude do campo. Fica visível, também, que a juventude assume um papel fundamental no processo de construção de ambos os territórios do campesinato, com tarefas não só de reivindicar, mobilizar e articular a educação do campo, mas também de resistir todas as formas de destruição da educação enquanto política pública. Diante do exposto, considera-se que um dos principais desafios da juventude do referido assentamento, é compreender que o campo não é a última alternativa de vida, valorizando o território como seu espaço de vida, rico desde o contexto



ambiental, agrário e cultural, e que nele pode viver com dignidade, desmistificando a visão antagonista da classe dominante de que o campo é lugar de atraso.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Sérgio Botton. A juventude rural e as políticas públicas: identidade e reivindicação por direitos sociais. *In*: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico] : conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 234-245.
- BOGO, Adernar. **Identidade e luta de classes**. Adernar Bogo (Org). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BORBA, M. F. A. **Políticas públicas e juventude: o Programa Bolsa Família e suas implicações na construção do território camponês no Cariri-PB**. São Paulo, 2017.
- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, vol. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/rdda. Acesso: 15 jun. 2021.
- COVER, Maciel; CERIOLI, P. R. Juventude rural e o modelo de desenvolvimento agrário. *In*. LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (orgs.). **Juventude do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015. p. 53-68. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).
- DURAND, O.C.S.; ALVES, S.C. Juventude do campo na busca da escolarização/qualificação: uma experiência em Santa Catarina. *In*. LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (orgs.). **Juventude do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015. p. 69-86. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês, *In*. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 746-750.
- JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016 p. 414-464. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21833>. Acesso: 16 jun. 2021.
- LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Juventude no/do campo: questões para um debate. *In*: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (org.). **Juventude do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 17-27. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).
- MANSAN, P. R. A. **A construção identitária da juventude nos movimentos sociais da via campesina Brasil**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Campina Grande – PB. 2008. 175 p. Disponível em:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2233> Acesso em: 02 jul. 2021.

MARINHO, D. L. Estratégias de Transformação Social no Campo: a formação de jovens da Escola Família Agrícola de Marabá-PA. *In*: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 164-175.

MARTINS, Adalberto; NUNES, Débora; GASPARIN, Geraldo. Reforma Agrária Popular. *In*. DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 635-642.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 368.

MELLO, J. C.; SILVA, P. H. C. Questão Agrária Brasileira e o Lugar da Juventude Sem Terra. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, Marabá-PA, v. 2, n. 2, p. 283-297, jul. dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/ReDiPE/article/view/1494>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MELLO, Juliana. **Juventude e a luta pela Educação do Campo**. Edi: Fernanda Alcântara. MST. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/08/19/juventude-e-a-luta-pela-educacao-do-campo/> Acesso: 10 mar. 2022.

MST. **Programa Agrário do MST**. Documento aprovado no VI Congresso do MST. São Paulo: MST, 2013.

PINHO, Ângela da Silva. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E JUVENTUDE CAMPONESA**: uma proposta de estudo na Unidade Escolar Roseli Nunes – Lagoa Grande do Maranhão - MA. 2017. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/educacaodocampojuventudecamponesaumapropostadeestudonaunidadeescolarroselinuneslagoagrandedomaranhaoma.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

PIZETTA, Adelar João. Formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade. *In*. **Cadernos de Estudos ENFF- A política de Formação de Quadros**. 1ª edição. 2007. p. 85-93.

STÉDILE, Miguel. Lutar, construir reforma agrária popular: tarefas da juventude. *In*. **Encontro Nacional da Juventude Sem Terra**. São Paulo. 2017.

VINHA, J. F. S.C. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 16, n. 23, p. 27-42, jul.- dez. 2013. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636>. Acesso em: 15 out. 2023.